CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Santo André, 6 de junho de 2022.

De: Assistente Jurídico Legislativo - 04
Para: Diretoria de Apoio Legislativo

Referencia:
Processo: nº 2740/2022
Proposição: Projeto de Lei Ordinária - Executivo n° 13/2022

Autoria: PMSA

Ementa: Projeto de Lei n° 13/2022, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária do Município, relativas ao exercício de 2023.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Emissão de Parecer Prévio

Ação Realizada: Emitido Parecer Prévio

Descrição:
1. Por se tratar de matéria orçamentária e financeira, entendemos que a análise mais aprofundadas foram feitas pela setor competente desta Casa, que trouxe os apontamentos de estilo em fls.78/83.

2 As inconstitucionalidades aparecem nos artigos 16 e 17 da propositura, por ofensa ao art. 167, VI, da CF, pois autorizaram o remanejamento de valores por **decreto** ao invés de **autorização legislativa específica.** O art. 8º da norma pretendida também é eivado pelo mesmo vício, por confrontar a o art. 100, § 5º, da CF, por não trazer a previsão de recursos ao pagamento de precatórios eventualmente apresentados até 1º de julho do respectivo orçamento.

Eram estes os esclarecimentos que cabiam por parte deste advogado.

Aplica-se à matéria o quorum de maioria absoluta, conforme artigo 36, § 1º, I, “h” da LOM

Próxima Fase: Distribuição aos Assistentes Jurídicos

Assinado digitalmente por MARCOS JOSE CESARE:27290929861 Data: 06/06/2022 14:22:57

Autenticar documento em http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100380036003800360037003A005400, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

Marcos José Cesare

Assistente Jurídico-Legislativo

Autenticar documento em http://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100380036003800360037003A005400, Documento assinado digitalmente
conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP -
Brasil.